



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

## **EDITAL**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**

#### **1. PREÂMBULO**

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA**, sediada na Rua José Sarney, S/N – Centro, Fátima – Bahia, por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão na forma Eletrônico**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam as definições do Decreto Municipal Nº 098/2023 de 28 de dezembro de 2023, demais legislação aplicável.

1.1. O pregão será realizado pela Pregoeira Oficial a Sra. **AMANDA BORGES DE SOUZA**, matrícula Nº 4.560, designado pelo Decreto Municipal Nº 047, de 18 de março de 2024 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JOSÉ EDRISON GASPAR DE ANDRADE**, matrícula Nº 2153 e **ROMEUI OLIVEIRA DE JESUS**, matrícula Nº 4.539.

1.1.2. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

#### **DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Data: **07 de maio de 2025**

Horário da Sessão: **09h00min (Horário de Brasília)**

Local: <https://licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço por Item**

MODO DE DISPUTA: **Aberto**

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Fátima – Bahia, através da plataforma eletrônica <https://licitanet.com.br/>.

#### **2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

2.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de materiais para iluminação pública, a fim de atender a secretaria de infraestrutura**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

2.2. A licitação será dividida em grupos, formados **por itens**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem do seu interesse.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no **Termo de Referência, Anexo II** do Edital.

#### **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.8. Sociedades cooperativas.

**3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

3.4.1.1.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Fátima/BA, e empresas regionais aquelas situadas na microrregião do Semi Árido Nordeste.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

### **3.7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:**

3.7.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.7.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

3.7.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.7.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.7.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.7.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.7.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.8. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

3.8.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.8.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.8.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.8.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.8.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.8.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;



#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, PDF'S originais dos órgãos emissores em formato "PDF". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei 14.133/2021).

4.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 10 da LC no 123, de 2006.

**4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irreajustável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. O (A) Licitante vencedor(a) do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a PLANILHA DE CUSTO, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em “PDF” poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.



5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, tenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.



6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item “6.14”, observando-se o seguinte:

6.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





6.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



6.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

6.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.12. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

(a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

(b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

(c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

(d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

(a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

(b) Empresas brasileiras;



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

(c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

(d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.22.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma**.

6.15.22.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.22.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo item, e convocação da empresa remanescente;

6.15.22.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.23. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

participação no certame ou a futuro contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, será considerada pelo pregoeiro, para que comprove:

7.17.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.17.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar também a proposta final em arquivo editável (**necessariamente nas extensões DOC, DOCX, XLS OU XLSX**), sob pena de desclassificação.

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do item, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,



exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA** que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009), **será declarada inabilitada para continuar no processo licitatório, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.**

9.2. 9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001**, que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (hash) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).



9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.





## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

**12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.**

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência deste Edital.

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.Fátima.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: Diário Oficial).

15.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.



***Prefeitura Municipal de Fátima***  
***Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000***  
***CNPJ: 13.393.152/0001-43***

15.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Fátima/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.13.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 15.13.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 15.13.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta
- 15.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços
- 15.13.5. ANEXO V - Modelo de Credencial
- 15.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações
- 15.13.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato
- 15.13.8. ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preço

**Fátima/BA, em 22 de abril de 2025.**

***Fabio José Reis de Araújo***  
***Prefeito Municipal***

***Rafael Silva dos Santos***  
***Secretário Municipal de Administração***





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, conforme Art. 5º, Inciso XX, da Lei nº 14.133/2021.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**NATUREZA E FINALIDADE DA AQUISIÇÃO**

A natureza comum do objeto, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021, refere-se à caracterização de um objeto como pertencente a diversas áreas ou setores, sem restrições específicas a uma única natureza. A nova legislação de licitações e contratos no Brasil busca promover a eficiência e a transparência nas contratações públicas, reconhecendo que certos objetos podem abranger múltiplos aspectos e serem passíveis de execução por diferentes especialidades. Dessa forma, a natureza comum do objeto visa proporcionar flexibilidade e agilidade nas licitações, permitindo a participação de empresas e profissionais de diferentes áreas que possam atender de maneira competente às demandas apresentadas, contribuindo para uma gestão mais eficaz dos recursos públicos.

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

A contratação de empresa para a futura e eventual aquisição de material de iluminação pública justifica-se pela necessidade de garantir a manutenção, ampliação e modernização do sistema de iluminação das vias, praças e demais espaços públicos. A iluminação pública desempenha um papel fundamental na segurança da população, contribuindo para a redução da criminalidade, o aumento da visibilidade noturna e a melhoria da mobilidade urbana, tanto para pedestres quanto para veículos.

Além disso, a manutenção periódica e a substituição de materiais desgastados ou danificados são essenciais para assegurar a eficiência energética, evitar falhas no sistema e proporcionar um ambiente mais seguro e confortável para os munícipes. Com a aquisição planejada de materiais como luminárias, lâmpadas, cabos, conectores e demais componentes necessários, será possível atender de forma ágil às demandas da comunidade, garantindo um serviço contínuo e de qualidade.

A contratação de uma empresa especializada também visa assegurar que os materiais adquiridos atendam às normas técnicas vigentes, garantindo durabilidade, eficiência e compatibilidade com os equipamentos já instalados.



***Prefeitura Municipal de Fátima***  
***Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000***  
***CNPJ: 13.393.152/0001-43***

Dessa forma, evita-se desperdício de recursos públicos e assegura-se a otimização dos investimentos na infraestrutura de iluminação pública. Além disso, ao estabelecer um contrato para futura e eventual aquisição, permite-se que a administração pública realize compras de acordo com a real necessidade, otimizando os estoques e os custos operacionais.

A aquisição desse material é imprescindível para manter e aprimorar a iluminação pública, proporcionando mais segurança, conforto e qualidade de vida à população, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável do município.

A necessidade de aquisição de materiais modernos e de melhor eficiência energética, como os equipamentos de iluminação em LED, justifica-se pela busca de uma infraestrutura pública mais eficiente, econômica e sustentável. A substituição das antigas luminárias por modelos de LED possibilita uma significativa redução no consumo de energia elétrica, contribuindo para a diminuição dos custos operacionais e promovendo um uso mais racional dos recursos públicos.

Além da economia financeira, a tecnologia LED apresenta maior durabilidade e menor necessidade de manutenção em comparação às lâmpadas convencionais, reduzindo gastos com reposição e otimizando a logística de manutenção da iluminação pública. Isso resulta em um sistema mais confiável, com menor incidência de falhas e maior disponibilidade para atender às demandas da população.

Outro fator essencial é a melhoria da qualidade da iluminação, pois os materiais de LED oferecem maior eficiência luminosa, proporcionando mais clareza com menor consumo de energia. Isso contribui para o aumento da segurança pública, tanto no tráfego de veículos quanto na circulação de pedestres, além de valorizar os espaços urbanos e oferecer mais conforto visual aos cidadãos.

Além disso, a modernização da iluminação pública com tecnologia LED está alinhada às diretrizes ambientais e de sustentabilidade, pois reduz a emissão de carbono, minimiza o descarte de resíduos tóxicos e promove um menor impacto ambiental em comparação às lâmpadas tradicionais. Dessa forma, a aquisição desses materiais não apenas melhora a eficiência energética, mas também reforça o compromisso do município com a responsabilidade ambiental e a inovação tecnológica.

Portanto, a compra de materiais modernos, especialmente luminárias e equipamentos LED, é fundamental para garantir um serviço público de iluminação mais eficiente, econômico, duradouro e sustentável, proporcionando benefícios diretos para a administração pública e para a qualidade de vida da população.

## **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL**

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).



O município de Fátima (BA) já conta com um Plano de Contratações Anuais (PCA), aprovado nos termos do Decreto Municipal nº 101/2024, o que demonstra o compromisso da administração pública com a transparência, planejamento e eficiência na execução de suas contratações. Dentre os objetos previstos no PCA, encontra-se o fornecimento de material de iluminação pública, itens essenciais para a manutenção da iluminação do município e que desempenham papel fundamental na prestação de serviços públicos.

Porém, após uma nova revisão realizada pelo setor de compras, constatou-se a necessidade da readequação dos quantitativos bem como a retirada e colocação de novos itens, tendo em vista as demandas para o atual momento. Diante desse contexto, torna-se essencial a atualização desse objeto no planejamento das contratações públicas, uma vez que a não adequação dos quantitativos pode comprometer a execução contratual e impactar diretamente na continuidade dos serviços oferecidos à população. A insuficiência ou distribuição divergente da realidade no fornecimento de material de iluminação pública pode levar à paralisação da manutenção de vias públicas iluminadas, prejudicando a mobilidade, e a segurança dos munícipes.

Além disso, a modificação do PCA trata-se de uma medida estratégica para garantir a distribuição adequada de cada item para cada unidade demandante, evitando assim levantamento de quantitativos que estejam fora da realidade de cada demandante e permitindo assim suprir as reais necessidades do município. Logo, essa atualização fortalece o compromisso da administração municipal com a eficiência e a economicidade, garantindo que os serviços prestados à população não sejam comprometidos por falta de planejamento.

Por fim, reforçar-se que a adequação dos quantitativos previstos para o fornecimento de material de iluminação pública estar alinhada a boas práticas de gestão pública, promovendo maior controle, previsibilidade e racionalização dos gastos. Dessa forma, a administração municipal reafirma seu compromisso com a otimização dos processos internos, planejamento e eficiência visando assim atender o interesse público.

### **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

#### **Qualificação Técnica**

- Experiência comprovada atestados de fornecimento: Histórico de atuação em fornecimento de material de iluminação pública ou correlatos.

#### **Requisitos Normativos**

A aquisição de materiais de iluminação pública, é fundamental que os produtos atendam às normas técnicas vigentes, garantindo qualidade, segurança, eficiência energética e compatibilidade com os sistemas existentes. As principais normas a serem observadas incluem:

- ABNT NBR 5101 – Iluminação Pública: Define os requisitos mínimos para o projeto de iluminação pública, considerando aspectos como níveis de iluminância, uniformidade da luz e conforto visual, visando garantir segurança e eficiência no sistema de iluminação viária.



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

- ABNT NBR 15129 – Luminárias para Iluminação Pública: Estabelece os requisitos técnicos para luminárias utilizadas na iluminação pública, incluindo desempenho fotométrico, resistência mecânica, proteção contra intempéries e compatibilidade com diferentes tipos de lâmpadas e fontes luminosas.

- ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão: Regula os critérios de segurança e dimensionamento das instalações elétricas, assegurando que os componentes utilizados na iluminação pública sejam compatíveis com as redes elétricas e cumpram requisitos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito.

- ABNT NBR 14422 – Postes de Concreto para Redes de Distribuição e Iluminação Pública: Define as características e os ensaios necessários para postes de concreto destinados a redes elétricas e iluminação pública, garantindo resistência estrutural e segurança nas instalações.

- ABNT NBR 8985 – Suporte e Braços para Luminárias Públicas: Especifica os materiais, dimensões e características dos suportes e braços utilizados para a fixação das luminárias, garantindo resistência e estabilidade.

- ABNT NBR 15215 – Eficiência Energética em Edificações – Iluminação: Estabelece critérios para a eficiência energética das fontes de luz, incluindo luminárias LED, visando a redução do consumo de energia e a otimização dos sistemas de iluminação.

- Portaria Inmetro nº 20/2017 – Regulamento de Eficiência Energética para Luminárias Públicas: Define os requisitos de eficiência energética e desempenho luminotécnico para luminárias de LED destinadas à iluminação pública, garantindo que os produtos certificados apresentem alto rendimento e longa vida útil.

- IEC 60529 – Grau de Proteção IP: Especifica os graus de proteção (IP) contra a penetração de poeira e água, fundamentais para garantir a durabilidade dos equipamentos instalados em ambientes externos.

- IEC 62262 – Grau de Proteção IK: Define os níveis de resistência mecânica contra impactos externos para luminárias e outros equipamentos de iluminação pública.

A observância dessas normas e requisitos assegura que os materiais adquiridos sejam de alta qualidade, promovendo a segurança, a durabilidade e a eficiência da iluminação pública, além de garantir conformidade com os regulamentos nacionais e internacionais aplicáveis ao setor.

#### **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADE**

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	<b>BASE PARA RELÊ FOTOCÉLULA -</b> Especificações mínimas: Material do produto: Alça e soquete em nylon com 30% de fibra de vidro, copo em copolímero polipropileno,	UNIDADES	500



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	terminais de encaixe em latão estanhado. Mapa de marcação indelével com identificação do sentido de encaixe do relé e identificação dos terminais de encaixe. Ligação a 3 fios: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho). Seção transversal dos fios de 1,5mm <sup>2</sup> . Intercambialidade total: pode ser utilizada com relés de qualquer fabricante. Permite giro de 360° para correta orientação do relé; suporta uma força vertical de 50N (5kg). Corrente nominal: 10A; Tensão de operação: 100 a 240 VAC; Frequência de operação: 50/60Hz; Rigidez dielétrica: Maior 2500V.		
2	<b>BOCAL E-27</b> - Especificações mínimas: Soquete Lâmpada - Soquete Lâmpada Material: Porcelana, Aplicação: Spot Metálico, Características Adicionais: Bocal, Base E-27.	UNIDADES	400
3	<b>BOCAL E-40</b> - Especificações mínimas: Soquete lâmpada - Soquete lâmpada, material: porcelana, aplicação: lâmpada incandescente, características adicionais: bocal, base e-40	UNIDADES	1000
4	<b>BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RETO 1M X 25,4MM</b> - Especificações mínimas: Comprimento de 1,00m. Diâmetro do tubo de 25,4mm (1").	UNIDADES	300
5	<b>BRAÇO PARA LUMINÁRIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2,10MT X 33MM</b> - Especificações mínimas: Comprimento de 2,10mt (210cm) curvilíneo. Espessura do tubo aproximada 33mm.	UNIDADES	150
6	<b>CABO PP 2X1,5MM</b> - Especificações mínimas: Material da cobertura: PVC - Materiais do condutor: Cobre - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 da ABNT e NBR NM-280 da ABNT/Mercosul.	METROS	500
7	<b>CABO PP 2X2,5MM</b> - Especificações mínimas: Material da cobertura: PVC - Materiais do condutor: Cobre - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 da ABNT e NBR NM-280 da ABNT/Mercosul.	METROS	4000
8	<b>CABO PP 2X4,0MM</b> - Especificações mínimas: Material da cobertura: PVC - Materiais do condutor: Cobre - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 da ABNT e NBR NM-280 da ABNT/Mercosul.	METROS	6000





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

9	<b>CABO PP 3X2,5MM</b> - Especificações mínimas: Material da cobertura: PVC - Materiais do condutor: Cobre - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 da ABNT e NBR NM-280 da ABNT/Mercosul.	METROS	600
10	<b>CAPACETE DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA C/JUGULAR</b> - Especificações mínimas: C.A: 29.638 - Classe B - NBR 8221:2003 - Aprovado para uso eletricista - 3 níveis de ajuste de altura - Tira de absorção de suor.	UNIDADES	6
11	<b>CASCATA 200 LEDS</b> - Especificações mínimas: cores variadas; fio transparente, branco ou verde; 220v.	UNIDADES	50
12	<b>CINTO 5 PONTOS + TALABARTE POSICIONAMENTO POSTE ELETRICISTA</b> - Especificações mínimas: Tipo de cinto paraquedista: Cinto Paraquedista 5 Argolas com Talabarte Posicionamento, com talabarte em fita - Certificação: 37126, ABNT NBR 15835/2010, ABNT NBR 15836/2010 - Quantidade de pontos de ancoragem: 3 - Material: Poliéster - Tamanho ajustável - Duplo indicador de queda - 3 pontos de conexão: dorsal, frontal e posicionamento - Confeccionado em fita de poliéster de 45mm de largura - Faixa lombar acolchoada com 20cm de altura - Fivelas de engate rápido em aço e cromado.	UNIDADES	6
13	<b>CONECTOR DE PERFURAÇÃO</b> - Especificações mínimas: 10 - 70mm - 1,5 - 16mm.	UNIDADES	1000
14	<b>CORDÃO DE 100 LEDS</b> - Especificações Mínimas: cores variadas; com conector e com plug; fio branco ou verde; potência 3,9w; 10 metros; com estrobinhos; 220v.	UNIDADES	200
15	<b>CORDÃO DE 800 A 1100 LEDS FIO VERDE OU BRANCO</b> - Especificações Mínimas: com diâmetro 2,2mm; com estrobinhos - (800 fixos e 200 estrobinhos); extensão de 100m em carretel; potência mínima de 50watts; ip - 44; cordão com fonte retificadora ip - 65, retangular blindada, nas dimensões; (c x l x a) 2,2 x 3,3 x 2,5cm; 220v; leds branco quente ou branco frio.	UNIDADES	70



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

16	<b>CORTINA PROFISSIONAL 800 A 925 LEDS</b> – Especificações mínimas: cores variadas; 200cm x 300cm; fio branco ou verde; auto volt.	UNIDADES	30
17	<b>ESCADA EXTENSÍVEL VAZADA EM FIBRA DE VIDRO 4,80 X 8,40M</b> - Especificações mínimas: Carga máxima de trabalho de 120kg - Altura fechada: 4,8m - Altura aberta: 8,4m - Número de degraus fechada: 16 - Número de degraus aberta: 27.	UNIDADES	1
18	<b>ESTROBO</b> – Especificações mínimas: 6W; 220v; branco.	UNIDADES	100
19	<b>FIO TORCIDO PARALELO 2X2,5MM</b> - Especificações mínimas: Material da cobertura: PVC. Unipolar. Materiais do condutor: cobre/alumínio. Antichamas. Tensão: 500v. NBR 9117.	METROS	3000
20	<b>FIO TORCIDO PARALELO 2X4,0MM</b> - Especificações mínimas: Material da cobertura: PVC. Unipolar. Materiais do condutor: cobre/alumínio. Antichamas. Tensão: 750v. ABNT NBR 8182.	METROS	5000
21	<b>HOLOFOTE PARA ESTÁDIO, REFLETOR SUPER LED 1200W (TIPO HOLOFOTE) BRANCO FRIO BIVOLT ILUMINAÇÃO DE LONGO ALCANCE IP67</b> - Especificações mínimas: Potência: 1200w - Voltagem: Bivolt - Tipo de LED: COB - Cor da Luz: Branco Frio - Temperatura de Cor: 6.500k - Índice de Proteção: IP67 - Ângulo de Iluminação: 120° - Fluxo Luminoso: 110.000 lúmens - Vida Útil: 50.000h - Certificação: CE - Material: Alumínio Pintado - Cor do Produto: Preto.	UNIDADES	30
22	<b>LAMPADA LED 100W BULBO</b> - Especificações mínimas: luz branca; bocal e40 ou e27; 6.500k.	UNIDADES	1000
23	<b>LÂMPADA LED 10W</b> - Especificações mínimas: Potência 10w - Cor Branca 6.000K - Bulbo Ultra LED A60 Convencional - E27 - Bivolt Automático (110v - 220v).	UNIDADES	400
24	<b>LÂMPADA LED 30W ALTA POTÊNCIA E27 6500K</b> - Especificações mínimas: Índice de proteção: IP20; Tensão: Bivolt Automático 100V - 240V; Ângulo de abertura: 200°; Corrente de Entrada: 127V-196mA/220V-	UNIDADES	200



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	120mA; Potência: 30W; Fator de Potência: >0,92; Frequência: 50/60Hz; EQ. Incandescente: 150W; EQ. Fluorescente: 41W; Fluxo Luminoso: 2400lm; Cor da Luz: 6500K (Branco-Frio); Dimensão: 100x140mm; Base: E27 (BOCAL COMUM).		
<b>25</b>	<b>LÂMPADA LED BULBO 80W LUZ BRANCA</b> - Especificações mínimas: 80w 7500 lm; Temperatura ambiente: -5°C a 40°C; Tensão de entrada: 100V a 240V; Base E40 e adaptador p/ e27; IP20; Anglo de Abertura: 120°; IR:>80; Uso Interno e externo; DIMENSÃO (mm): Ø140 x 256; 25.000 horas (L70); Bivolt automático 100v-240v.	UNIDADES	300
<b>26</b>	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA E27 SEM GRADE</b> - Especificações mínimas: Luminária aberta. Refletor em alumínio estampado e anodizado. Soqueteira/encaixe para braço de iluminação pública, acabamento com pintura eletrostática a pó na cor cinza. Encaixe para tubo até 50,3mm. Soquete de porcelana e27. Para uso com lâmpada de comprimento máximo de 260mm (soq. e27). Tipo vapor metálico, sódio, mercúrio ou mista.	UNIDADES	300
<b>27</b>	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W</b> - Especificações mínimas: Potência: 100w; fluxo luminoso 17.000 lúmens; eficiência luminosa 170 lúmens/watt; vida útil 100.000 horas; temperatura de cor 4000k e 5000k; proteção IP66; diâmetros de 25 mm ou 60,3 mm encaixe luminária; tensão de 100 a 250 Vac; válvula de alívio de pressão; Base para rele fotocélula integrada de 7 segmentos; corpo em alumínio injetado a alta pressão; refrator em vidro temperado ou policarbonato; lente confeccionada em policarbonato, acrílico ou vidro; acompanha dois parafuso em aço inox para fixação. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. Apresentar ensaios: ensaio fotométrico, ensaio de vibração (x, y, z), ensaio grau de proteção, ensaio de distorção harmônica e fp (de acordo	UNIDADES	300



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	com IEC 6100), ensaio de impacto, ensaio de protetor de surto, ensaio de resistência a ação do vento, ensaio de fluxo luminoso x tempo, cálculo de temperatura de junção, cálculo conforme TM 21, ensaio de liga de alumínio, ensaio do driver. Apresentar testes de LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.		
28	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150W</b> - Especificações mínimas: Potência: 150W; fluxo luminoso 25.500 lúmens; eficiência luminosa 170 lúmens/watt; vida útil 100.000 horas; temperatura de cor 4000k e 5000k; ip66 ou 67; diâmetros de 25 mm ou 60,3 mm encaixe luminária; tensão de 100 a 250 Vac; válvula de alívio de pressão; Base para rele fotocélula integrada de 7 segmentos; corpo em alumínio injetado a alta pressão; refrator em vidro temperado ou policarbonato; lente confeccionada em policarbonato, acrílico ou vidro; acompanha dois parafuso em aço inox para fixação. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. Apresentar ensaios: ensaio fotométrico, ensaio de vibração (x, y, z), ensaio grau de proteção, ensaio de distorção harmônica e fp (de acordo com IEC 6100), ensaio de impacto, ensaio de protetor de surto, ensaio de resistência a ação do vento, ensaio de fluxo luminoso x tempo, cálculo de temperatura de junção, cálculo conforme TM 21, ensaio de liga de alumínio, ensaio do driver. Apresentar testes de LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.	UNIDADES	200



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

<b>29</b>	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W -</b> Especificações mínimas: Potência 200w; fluxo luminoso 34.000 ou 36.000 lúmens; eficiência luminosa 170 ou 180 lúmens/watt; vida útil 100.000 horas; temperatura de cor 4000k ou 5000k; grau de proteção IP66; diâmetros de 25 mm ou 60,3 mm encaixe luminária; tensão de 100 a 250 Vac; válvula de alívio de pressão; Base para rele fotocélula integrada de 7 segmentos; corpo em alumínio injetado a alta pressão; refrator em vidro temperado ou policarbonato; lente confeccionada em policarbonato, acrílico ou vidro; acompanha dois parafuso em aço inox para fixação. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. Apresentar ensaios: ensaio fotométrico, ensaio de vibração (x, y, z), ensaio grau de proteção, ensaio de distorção harmônica e fp (de acordo com IEC 6100), ensaio de impacto, ensaio de protetor de surto, ensaio de resistência a ação do vento, ensaio de fluxo luminoso x tempo, cálculo de temperatura de junção, cálculo conforme TM 21, ensaio de liga de alumínio, ensaio do driver. Apresentar testes de LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.	UNIDADES	200
<b>30</b>	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 240W -</b> Especificações mínimas: potência 240w; fluxo luminoso 41520 lúmens; eficiência luminosa 173 lúmens/watt; vida útil 100.000 horas; temperatura de cor 5.000; grau proteção IP66; diâmetros de 25 mm ou 60,3 mm encaixe luminária; tensão de 100 a 250 Vac; válvula de alívio de pressão; Base para rele fotocélula integrada de 7 segmentos; corpo em alumínio injetado a alta pressão; refrator em vidro temperado ou policarbonato; lente confeccionada em policarbonato, acrílico ou	UNIDADES	100





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	vidro; acompanha dois parafuso em aço inox para fixação. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. Apresentar ensaios: ensaio fotométrico, ensaio de vibração (x, y, z), ensaio grau de proteção, ensaio de distorção harmônica e fp (de acordo com IEC 6100), ensaio de impacto, ensaio de protetor de surto, ensaio de resistência a ação do vento, ensaio de fluxo luminoso x tempo, cálculo de temperatura de junção, calculo conforme TM 21, ensaio de liga de alumínio, ensaio do driver. Apresentar testes de LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.		
31	<b>LUVA ISOLANTE ALTA TENSÃO CLASSE 00 = 2,5KV 500V ELETRICISTA</b> - Especificações mínimas: Tamanho 8.5 - Certificado de Aprovação, INMETRO e Certificado de Qualidade ASTM D120 e ABNT/NBR 10622/10624 - Modelo: Isolante Classe 00 - Material: Poli-isopreno - Tensão máxima de uso: CA 500 V / CC 750V - Tensão de ensaio: 2.500 V - Acabamento na palma: Liso - Acabamento interno: Clorinado - Formato: Anatômico - Cor: Preta - Comprimento: 35 cm - CA: 38.400.	PARES	6
32	<b>MANGUEIRA LED 2F</b> - Especificações mínimas: 12mm; leds horizontais; 24 leds/m; distância de corte 2m; 220v; cores warm White, branco, azul, vermelha; rolo tamanho 100m.	ROLOS	60
33	<b>PARAFUSO GALVANIZADO 16X250</b> - Especificações mínimas: Para braço de iluminação pública.	UNIDADES	1000
34	<b>POSTE CÔNICO CONCRETO 12,0 MTRS</b> - Especificações mínimas: Poste Concreto Tipo: Circular Cônico, Aplicação: Linha Força Baixa Tensão, Altura: 12 M, Largura Topo: 120	UNIDADES	20



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	MM, Largura Base: 280 MM, Normas Técnicas: Nbr 8451 E Nbr 8452, Carga Elétrica Máxima: 300 DAN.		
<b>35</b>	<b>POSTE TELECÔNICO CURVO (DUPLO)</b> - Especificações Mínimas: fabricado em aço estrutural SAE 1010/1020; NBR 14744, NRB 6323, NRB 6123, NRB NM 87, NRB 10091; Galvanizado a fogo - Imersão a quente; Fixação através de flange ou engastado ao solo, tipo j; <b>medindo 10 metros</b> ; cor branco fosco; com fixação engastado; diâmetros de 48 mm ou 60,3 mm encaixe luminária.	UNIDADES	60
<b>36</b>	<b>POSTE TELECÔNICO CURVO (SIMPLES)</b> - Especificações Mínimas: fabricado em aço estrutural SAE 1010/1020; NBR 14744, NRB 6323, NRB 6123, NRB NM 87, NRB 10091; Galvanizado a fogo - Imersão a quente; Fixação através de flange ou engastado ao solo, tipo j; <b>medindo 10 metros</b> ; cor branco fosco; com fixação engastado; diâmetros de 48 mm ou 60,3 mm encaixe luminária.	UNIDADES	120
<b>37</b>	<b>RABICHO CONECTOR 12MM MANGUEIRA 2F</b> – Especificações mínimas: para mangueira led horizontal; pacotes com 5 unidades cada.	UNIDADES	500
<b>38</b>	<b>REFLETOR LED 100W</b> - Especificações mínimas: Voltagem 110V/220V - IP66 - Medidas aproximadas Altura x Largura: 133 mm x 162 mm.	UNIDADES	70
<b>39</b>	<b>REFLETOR LED 200W</b> - Especificações mínimas: Voltagem 110V/220V - Proteção: IP66 - Fluxo Luminoso: 16000ml.	UNIDADES	50
<b>40</b>	<b>REFLETOR LED 300W</b> - Especificações mínimas: Voltagem 110V/220V - Frequência: 50/60Hz - Eficiência Luminosa: 30000 - Ângulo de abertura do feixe de luz: 120° - Proteção: <b>IP67</b> .	UNIDADES	80
<b>41</b>	<b>RELÊ FOTOCÉLULA-</b> Especificações mínimas: Tensão: 220V ~ 50/60Hz. Material: Polipropileno – UV-Stability. Tipo de comando quando desenergizado: Normalmente fechado (NF). Filtro de tempo: impede acionamento indevido devido a variações bruscas de luminosidade como raios, laser, nuvens etc. Tempo de retardo de 1	UNIDADES	1500



minuto a 5 minutos para comutação dos cantos. Lux para ligar: Menor que 20 Lux. Lux para desligar: menor que 50 Lux respeitando a relação de histerese. Relação entre liga e desliga (histerese): 1, 2 a 4 vezes. Exclusivo sistema de proteção contra surtos de tensão. Mapa de marcação indelével do momento de retirada e colocação em campo. Tensão de surto: Suporta mais de 4000V / 2000A. Índice de proteção: <b>IP 66.</b>		
--	--	--

As quantidades a serem adquiridas baseia-se na necessidade de modernização integral da iluminação pública, substituindo as luminárias convencionais por modelos de LED em todo o município. Esse processo envolve a atualização de praças, ruas, avenidas e demais espaços públicos, garantindo maior eficiência energética, segurança e redução de custos operacionais com manutenção e consumo de energia elétrica.

A definição das quantidades leva em consideração o total de pontos de iluminação existentes, bem como a necessidade de reserva técnica para reposições emergenciais e futuras expansões. O levantamento técnico realizado identifica a quantidade exata de luminárias, reatores, braços, cabos e demais acessórios necessários para que a substituição ocorra de maneira planejada e eficiente, sem comprometer a continuidade dos serviços de iluminação pública.

Além disso, a aquisição programada dos materiais permite a execução da modernização de forma gradual e estratégica, respeitando a capacidade operacional da equipe responsável pela instalação e manutenção. Dessa forma, evita-se desperdício de materiais e assegura-se um fluxo contínuo de trabalho, garantindo que todas as áreas do município sejam contempladas dentro do cronograma estabelecido.

A previsão quantitativa também considera fatores como a durabilidade dos equipamentos LED e a necessidade de substituição ao longo do tempo, garantindo a continuidade do projeto de modernização sem interrupções. Assim, ao estabelecer as quantidades adequadas, a administração pública assegura um investimento eficiente e sustentável, alinhado às demandas da população e às boas práticas de gestão dos recursos públicos.

Portanto, a definição das quantidades a serem adquiridas é fundamentada em critérios técnicos e operacionais, visando à completa modernização da iluminação pública a longo prazo, com um planejamento que permita a substituição gradual e eficiente de todo o sistema, garantindo os benefícios da tecnologia LED para a cidade e seus cidadãos.

Essa estimativa garante um equilíbrio entre a quantidade necessária para modernização e nos dados históricos de consumo.

#### **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).



Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações existentes no mercado que melhor atendessem às necessidades da Administração. Este levantamento permitiu identificar duas principais soluções para atender o município.

**SOLUÇÃO 1 – Contratação de empresa para a compra do material de iluminação pública**

**Vantagens:**

- Permite que a administração pública realize a instalação com equipe própria, se houver estrutura disponível;
- Possibilita maior controle sobre a qualidade dos materiais adquiridos;
- Reduz custos administrativos relacionados à contratação de mão de obra terceirizada;
- Dá flexibilidade para substituições de forma gradual, conforme necessidade e planejamento orçamentário;

**Desvantagens:**

- Exige que a administração tenha equipe qualificada e disponível para realizar a substituição;
- Pode gerar dificuldades logísticas caso não haja estrutura adequada para armazenamento dos materiais;
- Demanda um planejamento detalhado para aquisição correta dos insumos e execução eficiente dos serviços.

**SOLUÇÃO 2 - Contratação de empresa para prestação de serviço de substituição de material de iluminação pública (incluindo fornecimento do material)**

**Vantagens:**

- A responsabilidade pela execução do serviço e pelo fornecimento do material fica sob a empresa contratada, garantindo maior agilidade na modernização da iluminação pública;
- Reduz a necessidade de a administração investir em mão de obra especializada e equipamentos para instalação;
- Empresas especializadas costumam ter maior eficiência na execução, garantindo padronização e qualidade na instalação;
- Evita custos com armazenamento de materiais, já que a empresa contratada fornece e instala diretamente.

**Desvantagens:**

- Pode ter um custo total mais elevado, pois a empresa assume tanto o fornecimento dos materiais quanto a instalação;
- Menor controle direto da administração sobre os insumos utilizados, exigindo fiscalização rigorosa para garantir conformidade com normas técnicas;
- Dependência da empresa contratada para cumprimento de prazos e qualidade do serviço;

Conclui-se, portanto, que a alternativa mais viável é a contratação de empresa para o fornecimento de material de iluminação pública **SOLUÇÃO 1** considerando a realidade do município. O município dispõe de equipe própria



com técnicos especializados, veículo para atender a demanda do município, bem como almoxarifado para guarda e armazenamento dos materiais.

#### **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO “PREGÃO ELETRÔNICO”**

A escolha da modalidade “Pregão Eletrônico” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O Pregão Eletrônico caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 6, inciso XLI, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

#### **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO”**

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Pregão Eletrônico para contratação de bens e serviços comuns, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) Menor preço;
- b) Maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de MENOR PREÇO.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de maior desconto, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

#### **DO FRACIONAMENTO DO LOTE**

A justificativa para o fracionamento do objeto por grupo de itens, ao invés de realizar por itens, pode ser apresentada com base nos seguintes pontos:

Ao fracionar o objeto por grupo de itens, é possível diversificar os fornecedores. Isso garante maior segurança e flexibilidade no fornecimento de





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

carnes, mitigando eventuais problemas como atrasos ou falta de disponibilidade de itens específicos.

O fracionamento por grupo de itens permite a realização de processos competitivos para cada conjunto de itens, possibilitando a obtenção de preços mais vantajosos. Diferentes fornecedores podem apresentar propostas competitivas para cada grupo de itens, resultando em economia para a administração municipal.

Alguns fornecedores podem ser especializados em determinados tipos de itens ou marcas, apresentando maior expertise e conhecimento técnico em suas áreas específicas. Ao fracionar o objeto por grupo de itens, é possível selecionar fornecedores especializados para cada conjunto de uniformes escolares, garantindo assim a qualidade e adequação dos materiais de uniformes.

Fracionar o objeto por grupo de itens também pode proporcionar maior agilidade no fornecimento de carne e derivados de frigorífico, a fim de atender a Secretaria de Educação. Em vez de depender de diversos fornecedor para todas as necessidades, diferentes fornecedores podem atender simultaneamente às demandas de cada lote, reduzindo os prazos de entrega e garantindo a disponibilidade rápida do objeto.

Portanto, o fracionamento do objeto por grupo de itens é uma estratégia que oferece diversos benefícios, sem restringir a competitividade do certame, competitividade de preços, especialização técnica, agilidade no fornecimento, justificando assim a sua necessidade para facilitar a confecção de uniformes escolares, a fim de atender a Secretaria de Educação.

#### **DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida subcontratação

#### **ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO
1	BASE PARA RELÊ FOTOCÉLULA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DO PRODUTO: ALÇA E SOQUETE EM NYLON COM 30% DE FIBRA DE VIDRO, COPO EM COPOLÍMERO POLIPROPILENO, TERMINAIS DE ENCAIXE EM LATÃO ESTANHADO. MAPA DE MARCAÇÃO INDELÉVEL COM IDENTIFICAÇÃO DO SENTIDO	UNIDADES	500	R\$ 11,33



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	DE ENCAIXE DO RELÉ E IDENTIFICAÇÃO DOS TERMINAIS DE ENCAIXE. LIGAÇÃO A 3 FIOS: FASE 1 (PRETO), NEUTRO OU FASE 2 (BRANCO) E CARGA (VERMELHO). SEÇÃO TRANSVERSAL DOS FIOS DE 1,5MM <sup>2</sup> . INTERCAMBIALIDADE TOTAL: PODE SER UTILIZADA COM RELÉS DE QUALQUER FABRICANTE. PERMITE GIRO DE 360° PARA CORRETA ORIENTAÇÃO DO RELÉ; SUPORTA UMA FORÇA VERTICAL DE 50N (5KG). CORRENTE NOMINAL: 10A; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 100 A 240 VAC; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ; RIGIDEZ DIELÉTRICA: MAIOR 2500V.			
<b>2</b>	<b>BOCAL E-27</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SOQUETE LÂMPADA - SOQUETE LÂMPADA MATERIAL: PORCELANA, APLICAÇÃO: SPOT METÁLICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOCAL, BASE E-27.	UNIDADES	400	R\$ 3,13
<b>3</b>	<b>BOCAL E-40</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SOQUETE LÂMPADA - SOQUETE LÂMPADA, MATERIAL: PORCELANA, APLICAÇÃO: LÂMPADA INCANDESCENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOCAL, BASE E-40	UNIDADES	1000	R\$ 13,33
<b>4</b>	<b>BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RETO 1M X 25,4MM</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO DE 1,00M. DIÂMETRO DO TUBO	UNIDADES	300	R\$ 28,98



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	DE 25,4MM (1").			
5	<b>BRAÇO PARA LUMINÁRIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2,10MT X 33MM</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO DE 2,10MT (210CM) CURVILÍNEO. ESPESSURA DO TUBO APROXIMADA 33MM.	UNIDADES	150	R\$ 239,60
6	<b>CABO PP 2X1,5MM</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.	METROS	500	R\$ 4,08
7	<b>CABO PP 2X2,5MM</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.	METROS	4000	R\$ 5,32
8	<b>CABO PP 2X4,0MM</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.	METROS	6000	R\$ 7,95
9	<b>CABO PP 3X2,5MM</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.	METROS	600	R\$ 7,97



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

<b>10</b>	<b>CAPACETE DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA C/JUGULAR</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: C.A: 29.638 - CLASSE B - NBR 8221:2003 - APROVADO PARA USO ELETRICISTA - 3 NÍVEIS DE AJUSTE DE ALTURA - TIRA DE ABSORÇÃO DE SUOR.	UNIDADES	6	R\$ 56,38
<b>11</b>	<b>CASCATA 200 LEDS</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CORES VARIADAS; FIO TRANSPARENTE, BRANCO OU VERDE; 220V.	UNIDADES	50	R\$ 162,64
<b>12</b>	<b>CINTO 5 PONTOS + TALABARTE</b> POSICIONAMENTO POSTE ELETRICISTA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TIPO DE CINTO PARAQUEDISTA: CINTO PARAQUEDISTA 5 ARGOLAS COM TALABARTE POSICIONAMENTO, COM TALABARTE EM FITA - CERTIFICAÇÃO: 37126, ABNT NBR 15835/2010, ABNT NBR 15836/2010 - QUANTIDADE DE PONTOS DE ANCORAGEM: 3 - MATERIAL: POLIÉSTER - TAMANHO AJUSTÁVEL - DUPLO INDICADOR DE QUEDA - 3 PONTOS DE CONEXÃO: DORSAL, FRONTAL E POSICIONAMENTO - CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER DE 45MM DE LARGURA - FAIXA LOMBAR ACOLCHOADA COM 20CM DE ALTURA - FIVELAS DE ENGATE RÁPIDO EM AÇO E CROMADO.	UNIDADES	6	R\$ 378,91
<b>13</b>	<b>CONECTOR DE PERFURAÇÃO</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 10 - 70MM - 1,5 - 16MM.	UNIDADES	1000	R\$ 10,61



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

<b>14</b>	<b>CORDÃO DE 100 LEDS –</b> ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CORES VARIADAS; COM CONECTOR E COM PLUG; FIO BRANCO OU VERDE; POTÊNCIA 3,9W; 10 METROS; COM ESTROBINHOS; 220V.	UNIDADES	200	R\$ 62,56
<b>15</b>	<b>CORDÃO DE 800 A 1100</b> <b>LEDS FIO VERDE OU</b> <b>BRANCO -</b> ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COM DIÂMETRO 2,2MM; COM ESTROBINHOS - (800 FIXOS E 200 ESTROBINHOS); EXTENSÃO DE 100M EM CARRETEL; POTÊNCIA MÍNIMA DE 50WATTS; IP – 44; CORDÃO COM FONTE RETIFICADORA IP - 65, RETANGULAR BLINDADA, NAS DIMENSÕES; (C X L X A) 2,2 X 3,3 X 2,5CM; 220V; LEDS BRANCO QUENTE OU BRANCO FRIO.	UNIDADES	70	R\$ 491,47
<b>16</b>	<b>CORTINA PROFISSIONAL</b> <b>800 A 925 LEDS –</b> ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CORES VARIADAS; 200CM X 300CM; FIO BRANCO OU VERDE; AUTO VOLT.	UNIDADES	30	R\$ 621,06
<b>17</b>	<b>ESCADA EXTENSÍVEL</b> <b>VAZADA EM FIBRA DE</b> <b>VIDRO 4,80 X 8,40M -</b> ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CARGA MÁXIMA DE TRABALHO DE 120KG - ALTURA FECHADA: 4,8M - ALTURA ABERTA: 8,4M - NÚMERO DE DEGRAUS FECHADA: 16 - NÚMERO DE DEGRAUS ABERTA: 27.	UNIDADES	1	R\$ 1.421,23
<b>18</b>	<b>ESTROBO –</b> ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 6W; 220V; BRANCO.	UNIDADES	100	R\$ 33,47
<b>19</b>	<b>FIO TORCIDO PARALELO</b> <b>2X2,5MM -</b> ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA	METROS	3000	R\$ 3,84





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	COBERTURA: PVC. UNIPOLAR. MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE/ALUMÍNIO. ANTICHAMAS. TENSÃO: 500V. NBR 9117.			
<b>20</b>	<b>FIO TORCIDO PARALELO 2X4,0MM</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC. UNIPOLAR. MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE/ALUMÍNIO. ANTICHAMAS. TENSÃO: 750V. ABNT NBR 8182.	METROS	5000	R\$ 5,26
<b>21</b>	<b>HOLOFOTE PARA ESTÁDIO, REFLETOR SUPER LED 1200W (TIPO HOLOFOTE) BRANCO FRIO BIVOLT ILUMINAÇÃO DE LONGO ALCANCE IP67</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA: 1200W - VOLTAGEM: BIVOLT - TIPO DE LED: COB - COR DA LUZ: BRANCO FRIO - TEMPERATURA DE COR: 6.500K - ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP67 - ÂNGULO DE ILUMINAÇÃO: 120° - FLUXO LUMINOSO: 110.000 LÚMENS - VIDA ÚTIL: 50.000H - CERTIFICAÇÃO: CE - MATERIAL: ALUMÍNIO PINTADO - COR DO PRODUTO: PRETO.	UNIDADES	30	R\$ 962,64
<b>22</b>	<b>LAMPADA LED 100W BULBO</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LUZ BRANCA; BOCAL E40 OU E27; 6.500K.	UNIDADES	1000	R\$ 114,14
<b>23</b>	<b>LÂMPADA LED 10W</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA 10W - COR BRANCA 6.000K - BULBO ULTRA LED A60 CONVENCIONAL - E27 - BIVOLT AUTOMÁTICO (110V - 220V).	UNIDADES	400	R\$ 8,43



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

<b>24</b>	<b>LÂMPADA LED 30W ALTA POTÊNCIA E27 6500K</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP20; TENSÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO 100V - 240V; ÂNGULO DE ABERTURA: 200°; CORRENTE DE ENTRADA: 127V-196MA/220V-120MA; POTÊNCIA: 30W; FATOR DE POTÊNCIA: >0,92; FREQUÊNCIA: 50/60HZ; EQ. INCANDESCENTE: 150W; EQ. FLUORESCENTE: 41W; FLUXO LUMINOSO: 2400LM; COR DA LUZ: 6500K (BRANCO-FRIO); DIMENSÃO: 100X140MM; BASE: E27 (BOCAL COMUM).	UNIDADES	200	R\$ 17,00
<b>25</b>	<b>LÂMPADA LED BULBO 80W LUZ BRANCA</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 80W 7500 LM; TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C A 40°C; TENSÃO DE ENTRADA: 100V A 240V; BASE E40 E ADAPTADOR P/ E27; IP20; ÂNGULO DE ABERTURA: 120°; IR:>80; USO INTERNO E EXTERNO; DIMENSÃO (MM): Ø140 X 256; 25.000 HORAS (L70); BIVOLT AUTOMÁTICO 100V-240V.	UNIDADES	300	R\$ 78,95
<b>26</b>	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA E27 SEM GRADE</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LUMINÁRIA ABERTA. REFLETOR EM ALUMÍNIO ESTAMPADO E ANODIZADO. SOQUETEIRA/ENCAIXE PARA BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR CINZA. ENCAIXE PARA TUBO ATÉ 50,3MM. SOQUETE DE PORCELANA E27. PARA USO COM LÂMPADA DE COMPRIMENTO	UNIDADES	300	R\$ 47,23



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	MÁXIMO DE 260MM (SOQ. E27). TIPO VAPOR METÁLICO, SÓDIO, MERCÚRIO OU MISTA.			
27	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA: 100W; FLUXO LUMINOSO 17.000 LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 170 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS; TEMPERATURA DE COR 4000K E 5000K; PROTEÇÃO IP66; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO,	UNIDADES	300	R\$ 440,69



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.			
28	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150W</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA: 150W; FLUXO LUMINOSO 25.500 LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 170 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS; TEMPERATURA DE COR 4000K E 5000K; IP66 OU 67; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO	UNIDADES	200	R\$ 484,55



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	<p>INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO, ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.</p>			
29	<p><b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA 200W; FLUXO LUMINOSO 34.000 OU 36.000 LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 170 OU 180 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS;</p>	UNIDADES	200	R\$ 768,52





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

<p>TEMPERATURA DE COR 4000K OU 5000K; GRAU DE PROTEÇÃO IP66; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO, ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-</p>			
--	--	--	--



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.			
30	<b>LUMINÁRIA PÚBLICA LED 240W</b> – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA 240W; FLUXO LUMINOSO 41520 LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 173 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS; TEMPERATURA DE COR 5.000; GRAU PROTEÇÃO IP66; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR	UNIDADES	100	R\$ 1.308,68



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO, ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.			
31	<b>LUVA ISOLANTE ALTA TENSÃO CLASSE 00 = 2,5KV 500V ELETRICISTA -</b> ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TAMANHO 8.5 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, INMETRO E CERTIFICADO DE QUALIDADE ASTM D120 E ABNT/NBR 10622/10624 - MODELO: ISOLANTE CLASSE 00 - MATERIAL: POLI-ISOPRENO - TENSÃO MÁXIMA DE USO: CA 500 V / CC 750V - TENSÃO DE ENSAIO: 2.500 V - ACABAMENTO NA PALMA: LISO - ACABAMENTO INTERNO: CLORINADO - FORMATO: ANATÔMICO - COR: PRETA -	PARES	6	R\$ 224,96



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

	COMPRIMENTO: 35 CM - CA: 38.400.			
32	<b>MANGUEIRA LED 2F</b> – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 12MM; LEDS HORIZONTAIS; 24 LEDS/M; DISTÂNCIA DE CORTE 2M; 220V; CORES WARM WHITE, BRANCO, AZUL, VERMELHA; ROLO TAMANHO 100M.	ROLOS	60	R\$ 670,40
33	<b>PARAFUSO GALVANIZADO 16X250</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PARA BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	UNIDADES	1000	R\$ 7,95
34	<b>POSTE CÔNICO CONCRETO 12,0 MTRS</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POSTE CONCRETO TIPO: CIRCULAR CÔNICO, APLICAÇÃO: LINHA FORÇA BAIXA TENSÃO, ALTURA: 12 M, LARGURA TOPO: 120 MM, LARGURA BASE: 280 MM, NORMAS TÉCNICAS: NBR 8451 E NBR 8452, CARGA ELÉTRICA MÁXIMA: 300 DAN.	UNIDADES	20	R\$ 2.801,53
35	<b>POSTE TELECÔNICO CURVO (DUPLO)</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FABRICADO EM AÇO ESTRUTURAL SAE 1010/1020; NBR 14744, NRB 6323, NRB 6123, NRB NM 87, NRB 10091; GALVANIZADO A FOGO - IMERSÃO A QUENTE; FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FLANGE OU ENGASTADO AO SOLO, TIPO J; <b>MEDINDO 10 METROS</b> ; COR BRANCO FOSCO; COM FIXAÇÃO ENGASTADO; DIÂMETROS DE 48 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA.	UNIDADES	60	R\$ 1.293,33
36	<b>POSTE TELECÔNICO CURVO (SIMPLES)</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:	UNIDADES	120	R\$ 1.263,25



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	FABRICADO EM AÇO ESTRUTURAL SAE 1010/1020; NBR 14744, NRB 6323, NRB 6123, NRB NM 87, NRB 10091; GALVANIZADO A FOGO - IMERSÃO A QUENTE; FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FLANGE OU ENGASTADO AO SOLO, TIPO J; <b>MEDINDO 10 METROS</b> ; COR BRANCO FOSCO; COM FIXAÇÃO ENGASTADO; DIÂMETROS DE 48 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA.			
<b>37</b>	<b>RABICHO CONECTOR 12MM MANGUEIRA 2F</b> – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PARA MANGUEIRA LED HORIZONTAL; PACOTES COM 5 UNIDADES CADA.	UNIDADES	500	R\$ 12,93
<b>38</b>	<b>REFLETOR LED 100W</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VOLTAGEM 110V/220V - IP66 - MEDIDAS APROXIMADAS ALTURA X LARGURA: 133 MM X 162 MM.	UNIDADES	70	R\$ 64,12
<b>39</b>	<b>REFLETOR LED 200W</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VOLTAGEM 110V/220V - PROTEÇÃO: IP66 - FLUXO LUMINOSO: 16000ML.	UNIDADES	50	R\$ 92,41
<b>40</b>	<b>REFLETOR LED 300W</b> - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VOLTAGEM 110V/220V - FREQUÊNCIA: 50/60HZ - EFICIÊNCIA LUMINOSA: 30000 - ÂNGULO DE ABERTURA DO FEIXE DE LUZ: 120° - PROTEÇÃO: <b>IP67</b> .	UNIDADES	80	R\$ 134,18
<b>41</b>	<b>RELÊ FOTOCÉLULA</b> -ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TENSÃO: 220V ~ 50/60HZ. MATERIAL: POLIPROPILENO – UV-STABILITY. TIPO DE COMANDO QUANDO DESENERGIZADO:	UNIDADES	1500	R\$ 31,71





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

<p>NORMALMENTE FECHADO (NF). FILTRO DE TEMPO: IMPEDE ACIONAMENTO INDEVIDO DEVIDO A VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE COMO RAIOS, LASER, NUENS etc. TEMPO DE RETARDO DE 1 MINUTO A 5 MINUTOS PARA COMUTAÇÃO DOS CANTOS. LUX PARA LIGAR: MENOR QUE 20 LUX. LUX PARA DESLIGAR: MENOR QUE 50 LUX RESPEITANDO A RELAÇÃO DE HISTERESE. RELAÇÃO ENTRE LIGA E DESLIGA (HISTERESE): 1, 2 A 4 VEZES. EXCLUSIVO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO. MAPA DE MARCAÇÃO INDELÉVEL DO MOMENTO DE RETIRADA E COLOCAÇÃO EM CAMPO. TENSÃO DE SURTO: SUPORTA MAIS DE 4000V / 2000A. ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP 66.</p>			
--	--	--	--

A estimativa do valor da contratação no montante de **R\$ 1.380.123,33 (Um milhão, trezentos e oitenta mil, cento e vinte e três reais, trinta e três centavos)**, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos comprobatórios, constitui etapa essencial do planejamento da contratação pública, conforme o inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Tal estimativa visa conferir previsibilidade orçamentária, viabilidade econômica e adequação ao mercado, sendo elemento indispensável para a definição da modalidade licitatória e para a análise da vantagem da proposta vencedora.

No caso em tela, o valor estimado foi obtido com base em levantamento realizado junto ao sistema Banco de Preços, ferramenta reconhecida e amplamente utilizada pelos entes públicos para subsidiar as estimativas de valores em processos licitatórios. O sistema reúne dados consolidados de contratações públicas efetivamente realizadas em diversos entes da federação, permitindo a comparação de valores praticados para itens similares, com base em notas de empenho, contratos homologados e atas de registro de preços.

A metodologia de estimativa envolveu a seleção de itens equivalentes ou similares aos que compõem o objeto pretendido, observando-se a região geográfica, data da contratação, quantidade adquirida e as especificações



técnicas dos produtos ou serviços. Após a coleta dos dados, procedeu-se à exclusão de valores atípicos e à apuração da média dos preços praticados, compondo os preços unitários referenciais. As memórias de cálculo foram elaboradas com a descrição detalhada de cada item, sua unidade de medida, quantidade prevista e o preço médio apurado, culminando na formação do valor total estimado de **R\$ 1.380.123,33 (Um milhão, trezentos e oitenta mil, cento e vinte e três reais, trinta e três centavos)**.

O Banco de Preços funciona como um repositório informatizado de dados sobre aquisições públicas, cuja consulta é fundamental para assegurar que os preços estimados reflitam a realidade do mercado e respeitem os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa. Essa ferramenta ainda permite o registro da fonte dos dados utilizados, o que assegura transparência e rastreabilidade da estimativa, sendo compatível com o que preconiza a IN SEGES/ME nº 65/2021, no que diz respeito à utilização de sistemas oficiais como fontes válidas para composição de preços.

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução baseada na contratação de uma empresa exclusivamente para a aquisição de materiais de iluminação pública consiste na compra direta dos insumos necessários para a modernização e manutenção do sistema de iluminação do município. Nesse modelo, a administração pública realiza a aquisição de luminárias LED, lâmpadas, cabos, suportes e demais componentes essenciais, garantindo que os materiais sejam adquiridos conforme as especificações técnicas exigidas e em conformidade com as normas vigentes.

Essa abordagem permite que o município tenha total controle sobre os produtos adquiridos, assegurando qualidade e padronização, além de possibilitar a escolha de fornecedores que ofereçam melhores condições de custo-benefício. Com os materiais disponíveis, a instalação e a substituição podem ser realizadas pela equipe própria de manutenção, reduzindo custos com terceirização de serviços e possibilitando que a substituição ocorra de maneira gradual, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

No entanto, essa solução exige que a administração pública possua estrutura adequada para o armazenamento dos insumos adquiridos, garantindo a conservação e evitando desperdícios, a qual o município já conta. Além disso, conta com uma equipe técnica qualificada e disponível para a realização da instalação, bem como equipamentos adequados para a execução do serviço de forma segura e eficiente. A gestão dos materiais deve ser bem planejada para evitar falta ou excesso de estoque, garantindo que a modernização da iluminação pública ocorra de maneira organizada e dentro dos prazos estabelecidos.

Essa solução é vantajosa para o município que já possuem um setor de manutenção de iluminação pública estruturado, permitindo maior autonomia na gestão dos recursos e na execução dos serviços. Além disso, possibilita um controle mais rigoroso sobre a qualidade dos materiais utilizados,



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

assegurando que a modernização do sistema de iluminação pública seja feita com produtos de alta eficiência energética, como luminárias LED, promovendo economia no consumo de energia e redução nos custos operacionais de longo prazo.

#### **JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A justificativa para o parcelamento da licitação, por meio da adjudicação por item, baseia-se na necessidade de garantir maior competitividade, economicidade e eficiência na aquisição dos materiais de iluminação pública. Esse modelo possibilita que diferentes fornecedores concorram para o fornecimento de itens específicos, evitando a concentração da contratação em uma única empresa e permitindo que a administração obtenha os melhores preços e condições de fornecimento para cada produto.

Além disso, o parcelamento da licitação possibilita maior flexibilidade na aquisição dos materiais, garantindo que os itens sejam adquiridos conforme a demanda real, evitando estoques excessivos e otimizando a gestão dos recursos públicos. Como os materiais de iluminação pública incluem diferentes tipos de luminárias, lâmpadas, cabos e suportes, a adjudicação por item permite que cada categoria seja adquirida de forma estratégica, garantindo que os produtos atendam às especificações técnicas necessárias sem a imposição de um único fornecedor para todo o lote.

Outro fator relevante é a possibilidade de aumentar a participação de empresas especializadas em determinados produtos, ampliando a concorrência e possibilitando maior transparência e lisura no processo licitatório. Empresas que possuem expertise e melhores preços em determinados materiais poderão oferecer propostas mais vantajosas, resultando em uma contratação mais eficiente e econômica para a administração pública.

Dessa forma, o parcelamento da licitação e a adjudicação por item são estratégias essenciais para garantir uma aquisição mais eficiente, competitiva e vantajosa para o município, assegurando que os materiais de iluminação pública sejam adquiridos com qualidade, menor custo e maior adequação às necessidades da administração.

#### **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Com a contratação para a aquisição de materiais de iluminação pública, o município pretende alcançar diversos resultados estratégicos voltados à modernização, eficiência e melhoria da infraestrutura urbana. O principal objetivo é a substituição gradual da iluminação convencional por luminárias de tecnologia LED, garantindo maior eficiência energética, redução de custos operacionais e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.



A modernização do parque de iluminação pública resultará em uma significativa economia no consumo de energia elétrica, visto que as luminárias LED consomem menos energia e possuem maior vida útil em comparação às lâmpadas tradicionais. Isso impactará diretamente no orçamento municipal, reduzindo os gastos com eletricidade e permitindo o redirecionamento de recursos para outras áreas essenciais. Além disso, a durabilidade dos novos equipamentos reduzirá a necessidade de manutenção frequente, proporcionando economia com reposição e mão de obra, além de minimizar falhas e interrupções no fornecimento de iluminação.

Outro resultado esperado é o aumento da segurança pública, uma vez que a melhoria da iluminação nas vias, praças e demais espaços públicos contribui para a redução de crimes e acidentes noturnos, beneficiando pedestres e motoristas. A visibilidade aprimorada nas áreas urbanas promove um ambiente mais seguro para a população e melhora a mobilidade noturna, incentivando o uso dos espaços públicos.

Além disso, a modernização da iluminação pública está alinhada com políticas ambientais e de sustentabilidade, pois a tecnologia LED reduz a emissão de carbono e o descarte de materiais tóxicos, contribuindo para um município mais ecológico e eficiente. A adoção de equipamentos modernos reforça o compromisso da administração com soluções inovadoras e sustentáveis, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos e valorizando o espaço urbano.

Por fim, o município busca com essa contratação a melhoria da gestão dos ativos de iluminação pública, garantindo a aquisição de materiais de qualidade, com certificação técnica e conformidade com normas vigentes. Dessa forma, espera-se um serviço mais eficiente, econômico e sustentável, que atenda plenamente às necessidades da população e da administração municipal.

#### **PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Aprovação do Termo de referência;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento do Pregão Eletrônico execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Termo de referência e seus anexos, acerca da execução do objeto.



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.

c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.

d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.

b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.

c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

#### **CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art.).

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

#### **IMPACTOS AMBIENTAIS**

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Contratar uma empresa para fornecer materiais de iluminação pública pode ter diversos impactos ambientais, principalmente dependendo dos tipos de produtos que são fornecidos e das práticas adotadas pela empresa. Um dos principais pontos é o uso de recursos naturais, como metais e materiais plásticos, para fabricar as lâmpadas e outros componentes. Isso pode contribuir para a extração de recursos de maneira insustentável, caso não haja um controle adequado.

Além disso, os materiais usados na iluminação pública, especialmente lâmpadas, podem envolver produtos químicos como mercúrio (em lâmpadas fluorescentes) ou materiais que não são biodegradáveis. O descarte inadequado desses produtos após o fim de sua vida útil pode resultar na contaminação do solo e da água, afetando a fauna e a flora local.

Outro impacto possível envolve a energia consumida pelos sistemas de iluminação pública. Se a empresa fornece materiais que utilizem tecnologias mais antigas e menos eficientes, isso pode resultar em um aumento no consumo de energia elétrica, o que, por sua vez, contribui para a emissão de gases de efeito estufa, caso a energia provinda seja gerada por fontes fósseis. Por outro





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

lado, a adoção de tecnologias mais eficientes, como LED, poderia reduzir o impacto ambiental ao diminuir o consumo de energia e prolongar a vida útil dos equipamentos.

Se a empresa adotar práticas de produção e logística mais sustentáveis, como a reutilização de materiais ou o uso de fontes de energia renováveis em sua operação, os impactos podem ser mitigados significativamente. No entanto, sem um compromisso claro com a sustentabilidade, o fornecimento de materiais de iluminação pública pode acabar gerando efeitos negativos no meio ambiente.

### **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A contratação de uma empresa para o fornecimento de materiais de iluminação pública é viável, especialmente se a empresa oferecer produtos eficientes e duráveis, como lâmpadas de LED, que podem reduzir os custos com energia e manutenção a longo prazo. Além disso, a empresa deve adotar práticas ambientais responsáveis, como o uso de materiais recicláveis e descarte adequado de resíduos. É importante avaliar também a compatibilidade dos materiais com a infraestrutura local e garantir que os custos iniciais sejam equilibrados com os benefícios a longo prazo, como economia de energia e menor impacto ambiental.

Conclui-se que a **Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de materiais para iluminação pública, a fim de atender a secretaria de infraestrutura**. Conforme amplamente descrita neste Estudo Técnico Preliminar, na modalidade sugerida será a maneira mais viável dentro das explicações técnicas, econômicas e de mercado elencadas para mitigar as demandas da Prefeitura Municipal de Fátima. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

**Fátima/BA, em 22 de abril de 2025.**

**Rafael Silva dos Santos**  
**Secretário Municipal de Administração**



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de materiais para iluminação pública, a fim de atender a secretaria de infraestrutura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO
1	BASE PARA RELÊ FOTOCÉLULA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DO PRODUTO: ALÇA E SOQUETE EM NYLON COM 30% DE FIBRA DE VIDRO, COPO EM COPOLÍMERO POLIPROPILENO, TERMINAIS DE ENCAIXE EM LATÃO ESTANHADO. MAPA DE MARCAÇÃO INDELÉVEL COM IDENTIFICAÇÃO DO SENTIDO DE ENCAIXE DO RELÊ E IDENTIFICAÇÃO DOS TERMINAIS DE ENCAIXE. LIGAÇÃO A 3 FIOS: FASE 1 (PRETO), NEUTRO OU FASE 2 (BRANCO) E CARGA (VERMELHO). SEÇÃO TRANSVERSAL DOS FIOS DE 1,5MM <sup>2</sup> . INTERCAMBIALIDADE TOTAL: PODE SER UTILIZADA COM RELÉS DE QUALQUER FABRICANTE. PERMITE GIRO DE 360° PARA CORRETA ORIENTAÇÃO DO RELÊ; SUPORTA UMA FORÇA VERTICAL DE 50N (5KG). CORRENTE NOMINAL: 10A; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 100 A 240 VAC; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 50/60HZ;	UNIDADES	500	R\$ 11,33



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	RIGIDEZ DIELÉTRICA: MAIOR 2500V.			
2	BOCAL E-27 - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SOQUETE LÂMPADA - SOQUETE LÂMPADA MATERIAL: PORCELANA, APLICAÇÃO: SPOT METÁLICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOCAL, BASE E-27.	UNIDADES	400	R\$ 3,13
3	BOCAL E-40 - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: SOQUETE LÂMPADA - SOQUETE LÂMPADA, MATERIAL: PORCELANA, APLICAÇÃO: LÂMPADA INCANDESCENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BOCAL, BASE E-40	UNIDADES	1000	R\$ 13,33
4	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RETO 1M X 25,4MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO DE 1,00M. DIÂMETRO DO TUBO DE 25,4MM (1").	UNIDADES	300	R\$ 28,98
5	BRAÇO PARA LUMINÁRIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2,10MT X 33MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO DE 2,10MT (210CM) CURVILÍNEO. ESPESSURA DO TUBO APROXIMADA 33MM.	UNIDADES	150	R\$ 239,60
6	CABO PP 2X1,5MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.	METROS	500	R\$ 4,08
7	CABO PP 2X2,5MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:	METROS	4000	R\$ 5,32



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.			
8	CABO PP 2X4,0MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.	METROS	6000	R\$ 7,95
9	CABO PP 3X2,5MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC - MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE - NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NBR 7286 DA ABNT E NBR NM-280 DA ABNT/MERCOSUL.	METROS	600	R\$ 7,97
10	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA C/JUGULAR - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: C.A: 29.638 - CLASSE B - NBR 8221:2003 - APROVADO PARA USO ELETRICISTA - 3 NÍVEIS DE AJUSTE DE ALTURA - TIRA DE ABSORÇÃO DE SUOR.	UNIDADES	6	R\$ 56,38
11	CASCATA 200 LEDS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CORES VARIADAS; FIO TRANSPARENTE, BRANCO OU VERDE; 220V.	UNIDADES	50	R\$ 162,64
12	CINTO 5 PONTOS + TALABARTE POSICIONAMENTO POSTE ELETRICISTA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TIPO DE CINTO PARAQUEDISTA: CINTO	UNIDADES	6	R\$ 378,91



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	PARAQUEDISTA 5 ARGOLAS COM TALABARTE POSICIONAMENTO, COM TALABARTE EM FITA - CERTIFICAÇÃO: 37126, ABNT NBR 15835/2010, ABNT NBR 15836/2010 - QUANTIDADE DE PONTOS DE ANCORAGEM: 3 - MATERIAL: POLIÉSTER - TAMANHO AJUSTÁVEL - DUPLO INDICADOR DE QUEDA - 3 PONTOS DE CONEXÃO: DORSAL, FRONTAL E POSICIONAMENTO - CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER DE 45MM DE LARGURA - FAIXA LOMBAR ACOLCHOADA COM 20CM DE ALTURA - FIVELAS DE ENGATE RÁPIDO EM AÇO E CROMADO.			
13	CONECTOR DE PERFURAÇÃO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 10 - 70MM - 1,5 - 16MM.	UNIDADES	1000	R\$ 10,61
14	CORDÃO DE 100 LEDS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CORES VARIADAS; COM CONECTOR E COM PLUG; FIO BRANCO OU VERDE; POTÊNCIA 3,9W; 10 METROS; COM ESTROBINHOS; 220V.	UNIDADES	200	R\$ 62,56
15	CORDÃO DE 800 A 1100 LEDS FIO VERDE OU BRANCO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COM DIÂMETRO 2,2MM; COM ESTROBINHOS - (800 FIXOS E 200 ESTROBINHOS); EXTENSÃO DE 100M EM CARRETEL; POTÊNCIA MÍNIMA DE 50WATTS; IP - 44; CORDÃO COM FONTE RETIFICADORA IP - 65, RETANGULAR BLINDADA, NAS DIMENSÕES; (C X L X A) 2,2 X 3,3 X 2,5CM; 220V; LEDS BRANCO QUENTE OU	UNIDADES	70	R\$ 491,47





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	BRANCO FRIO.			
16	CORTINA PROFISSIONAL 800 A 925 LEDS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CORES VARIADAS; 200CM X 300CM; FIO BRANCO OU VERDE; AUTO VOLT.	UNIDADES	30	R\$ 621,06
17	ESCADA EXTENSÍVEL VAZADA EM FIBRA DE VIDRO 4,80 X 8,40M - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CARGA MÁXIMA DE TRABALHO DE 120KG - ALTURA FECHADA: 4,8M - ALTURA ABERTA: 8,4M - NÚMERO DE DEGRAUS FECHADA: 16 - NÚMERO DE DEGRAUS ABERTA: 27.	UNIDADES	1	R\$ 1.421,23
18	ESTROBO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 6W; 220V; BRANCO.	UNIDADES	100	R\$ 33,47
19	FIO TORCIDO PARALELO 2X2,5MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC. UNIPOLAR. MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE/ALUMÍNIO. ANTICHAMAS. TENSÃO: 500V. NBR 9117.	METROS	3000	R\$ 3,84
20	FIO TORCIDO PARALELO 2X4,0MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MATERIAL DA COBERTURA: PVC. UNIPOLAR. MATERIAIS DO CONDUTOR: COBRE/ALUMÍNIO. ANTICHAMAS. TENSÃO: 750V. ABNT NBR 8182.	METROS	5000	R\$ 5,26
21	HOLOFOTE PARA ESTÁDIO, REFLETOR SUPER LED 1200W (TIPO HOLOFOTE) BRANCO FRIO BIVOLT ILUMINAÇÃO DE LONGO ALCANCE IP67 - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA: 1200W - VOLTAGEM: BIVOLT - TIPO DE LED: COB - COR DA LUZ: BRANCO FRIO -	UNIDADES	30	R\$ 962,64



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	TEMPERATURA DE COR: 6.500K - ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP67 - ÂNGULO DE ILUMINAÇÃO: 120° - FLUXO LUMINOSO: 110.000 LÚMENS - VIDA ÚTIL: 50.000H - CERTIFICAÇÃO: CE - MATERIAL: ALUMÍNIO PINTADO - COR DO PRODUTO: PRETO.			
22	LAMPADA LED 100W BULBO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LUZ BRANCA; BOCAL E40 OU E27; 6.500K.	UNIDADES	1000	R\$ 114,14
23	LÂMPADA LED 10W - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA 10W - COR BRANCA 6.000K - BULBO ULTRA LED A60 CONVENCIONAL - E27 - BIVOLT AUTOMÁTICO (110V - 220V).	UNIDADES	400	R\$ 8,43
24	LÂMPADA LED 30W ALTA POTÊNCIA E27 6500K - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP20; TENSÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO 100V - 240V; ÂNGULO DE ABERTURA: 200°; CORRENTE DE ENTRADA: 127V-196MA/220V-120MA; POTÊNCIA: 30W; FATOR DE POTÊNCIA: >0,92; FREQUÊNCIA: 50/60HZ; EQ. INCANDESCENTE: 150W; EQ. FLUORESCENTE: 41W; FLUXO LUMINOSO: 2400LM; COR DA LUZ: 6500K (BRANCO-FRIO); DIMENSÃO: 100X140MM; BASE: E27 (BOCAL COMUM).	UNIDADES	200	R\$ 17,00
25	LÂMPADA LED BULBO 80W LUZ BRANCA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 80W 7500 LM; TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C A 40°C; TENSÃO DE ENTRADA: 100V A 240V; BASE E40 E	UNIDADES	300	R\$ 78,95



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	ADAPTADOR P/ E27; IP20; ANGLO DE ABERTURA: 120°; IR:>80; USO INTERNO E EXTERNO; DIMENSÃO (MM): Ø140 X 256; 25.000 HORAS (L70); BIVOLT AUTOMÁTICO 100V-240V.			
26	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA E27 SEM GRADE - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LUMINÁRIA ABERTA. REFLETOR EM ALUMÍNIO ESTAMPADO E ANODIZADO. SOQUETEIRA/ENCAIXE PARA BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR CINZA. ENCAIXE PARA TUBO ATÉ 50,3MM. SOQUETE DE PORCELANA E27. PARA USO COM LÂMPADA DE COMPRIMENTO MÁXIMO DE 260MM (SOQ. E27). TIPO VAPOR METÁLICO, SÓDIO, MERCÚRIO OU MISTA.	UNIDADES	300	R\$ 47,23
27	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA: 100W; FLUXO LUMINOSO 17.000 LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 170 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS; TEMPERATURA DE COR 4000K E 5000K; PROTEÇÃO IP66; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE	UNIDADES	300	R\$ 440,69



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO, ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.			
28	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150W - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA: 150W; FLUXO LUMINOSO 25.500	UNIDADES	200	R\$ 484,55



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

<p>LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 170 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS; TEMPERATURA DE COR 4000K E 5000K; IP66 OU 67; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO, ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO</p>			
---	--	--	--





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.			
29	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA 200W; FLUXO LUMINOSO 34.000 OU 36.000 LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 170 OU 180 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS; TEMPERATURA DE COR 4000K OU 5000K; GRAU DE PROTEÇÃO IP66; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) -	UNIDADES	200	R\$ 768,52



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	(NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO, ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.			
30	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 240W – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POTÊNCIA 240W; FLUXO LUMINOSO 41520 LÚMENS; EFICIÊNCIA LUMINOSA 173 LÚMENS/WATT; VIDA ÚTIL 100.000 HORAS; TEMPERATURA DE COR 5.000; GRAU PROTEÇÃO IP66; DIÂMETROS DE 25 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA; TENSÃO DE 100 A 250 VAC; VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO; BASE	UNIDADES	100	R\$ 1.308,68



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

<p>PARA RELE FOTOCÉLULA INTEGRADA DE 7 SEGMENTOS; CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO; REFRATOR EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO; LENTE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, ACRÍLICO OU VIDRO; ACOMPANHA DOIS PARAFUSO EM AÇO INOX PARA FIXAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p> <p>CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES NBR/ABNT (NBR 60598) - (NBR 15159) DA CATEGORIA, CERTIFICAÇÃO INMETRO (PORTARIA 62/2022) E SELO PROCEL. APRESENTAR ENSAIOS: ENSAIO FOTOMÉTRICO, ENSAIO DE VIBRAÇÃO (X, Y, Z), ENSAIO GRAU DE PROTEÇÃO, ENSAIO DE DISTORÇÃO HARMÔNICA E FP (DE ACORDO COM IEC 6100), ENSAIO DE IMPACTO, ENSAIO DE PROTETOR DE SURTO, ENSAIO DE RESISTÊNCIA A AÇÃO DO VENTO, ENSAIO DE FLUXO LUMINOSO X TEMPO, CÁLCULO DE TEMPERATURA DE JUNÇÃO, CÁLCULO CONFORME TM 21, ENSAIO DE LIGA DE ALUMÍNIO, ENSAIO DO DRIVER. APRESENTAR TESTES DE LM-80, LM 79. DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO E OS ENSAIOS RELACIONADOS, ELABORADOS POR LABORATÓRIOS</p>			
---	--	--	--



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	DEVIDAMENTE ACREDITADOS PELO INMETRO.			
31	LUVA ISOLANTE ALTA TENSÃO CLASSE 00 = 2,5KV 500V ELETRICISTA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TAMANHO 8.5 - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO, INMETRO E CERTIFICADO DE QUALIDADE ASTM D120 E ABNT/NBR 10622/10624 - MODELO: ISOLANTE CLASSE 00 - MATERIAL: POLI-ISOPRENO - TENSÃO MÁXIMA DE USO: CA 500 V / CC 750V - TENSÃO DE ENSAIO: 2.500 V - ACABAMENTO NA PALMA: LISO - ACABAMENTO INTERNO: CLORINADO - FORMATO: ANATÔMICO - COR: PRETA - COMPRIMENTO: 35 CM - CA: 38.400.	PARES	6	R\$ 224,96
32	MANGUEIRA LED 2F - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 12MM; LEDS HORIZONTAIS; 24 LEDS/M; DISTÂNCIA DE CORTE 2M; 220V; CORES WARM WHITE, BRANCO, AZUL, VERMELHA; ROLO TAMANHO 100M.	ROLOS	60	R\$ 670,40
33	PARAFUSO GALVANIZADO 16X250 - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PARA BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	UNIDADES	1000	R\$ 7,95
34	POSTE CÔNICO CONCRETO 12,0 MTRS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: POSTE CONCRETO TIPO: CIRCULAR CÔNICO, APLICAÇÃO: LINHA FORÇA BAIXA TENSÃO, ALTURA: 12 M, LARGURA TOPO: 120 MM, LARGURA BASE: 280 MM, NORMAS TÉCNICAS: NBR 8451 E NBR 8452, CARGA ELÉTRICA	UNIDADES	20	R\$ 2.801,53



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

	MÁXIMA: 300 DAN.			
35	POSTE TELECÔNICO CURVO (DUPLO) - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FABRICADO EM AÇO ESTRUTURAL SAE 1010/1020; NBR 14744, NRB 6323, NRB 6123, NRB NM 87, NRB 10091; GALVANIZADO A FOGO - IMERSÃO A QUENTE; FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FLANGE OU ENGASTADO AO SOLO, TIPO J; MEDINDO 10 METROS; COR BRANCO FOSCO; COM FIXAÇÃO ENGASTADO; DIÂMETROS DE 48 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA.	UNIDADES	60	R\$ 1.293,33
36	POSTE TELECÔNICO CURVO (SIMPLES) - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FABRICADO EM AÇO ESTRUTURAL SAE 1010/1020; NBR 14744, NRB 6323, NRB 6123, NRB NM 87, NRB 10091; GALVANIZADO A FOGO - IMERSÃO A QUENTE; FIXAÇÃO ATRAVÉS DE FLANGE OU ENGASTADO AO SOLO, TIPO J; MEDINDO 10 METROS; COR BRANCO FOSCO; COM FIXAÇÃO ENGASTADO; DIÂMETROS DE 48 MM OU 60,3 MM ENCAIXE LUMINÁRIA.	UNIDADES	120	R\$ 1.263,25
37	RABICHO CONECTOR 12MM MANGUEIRA 2F - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PARA MANGUEIRA LED HORIZONTAL; PACOTES COM 5 UNIDADES CADA.	UNIDADES	500	R\$ 12,93
38	REFLETOR LED 100W - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VOLTAGEM 110V/220V - IP66 - MEDIDAS APROXIMADAS ALTURA X LARGURA: 133 MM X 162 MM.	UNIDADES	70	R\$ 64,12





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

39	REFLETOR LED 200W - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VOLTAGEM 110V/220V - PROTEÇÃO: IP66 - FLUXO LUMINOSO: 16000ML.	UNIDADES	50	R\$ 92,41
40	REFLETOR LED 300W - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: VOLTAGEM 110V/220V - FREQUÊNCIA: 50/60HZ - EFICIÊNCIA LUMINOSA: 30000 - ÂNGULO DE ABERTURA DO FEIXE DE LUZ: 120° - PROTEÇÃO: IP67.	UNIDADES	80	R\$ 134,18
41	RELÊ FOTOCÉLULA- ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TENSÃO: 220V ~ 50/60HZ. MATERIAL: POLIPROPILENO - UV-STABILITY. TIPO DE COMANDO QUANDO DESENERGIZADO: NORMALMENTE FECHADO (NF). FILTRO DE TEMPO: IMPEDE ACIONAMENTO INDEVIDO DEVIDO A VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE COMO RAIOS, LASER, NUENS etc. TEMPO DE RETARDO DE 1 MINUTO A 5 MINUTOS PARA COMUTACÃO DOS CANTOS. LUX PARA LIGAR: MENOR QUE 20 LUX. LUX PARA DESLIGAR: MENOR QUE 50 LUX RESPEITANDO A RELAÇÃO DE HISTERESE. RELAÇÃO ENTRE LIGA E DESLIGA (HISTERESE): 1, 2 A 4 VEZES. EXCLUSIVO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO. MAPA DE MARCAÇÃO INDELÉVEL DO MOMENTO DE RETIRADA E COLOCAÇÃO EM CAMPO. TENSÃO DE SURTO: SUPORTA MAIS DE 4000V / 2000A. ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP 66.	UNIDADES	1500	R\$ 31,71



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal n. 98/2023;

1.4. O município de Fátima (BA) já conta com o Plano de Contratações Anual (PCA), conforme aprovado mediante o Decreto Municipal nº 101/2024, o que reflete o compromisso da administração pública com a transparência, planejamento e eficiência na execução de suas contratações. Porém, a presente demanda não foi originalmente projetada para o exercício de 2025, para fins de abertura de processo licitatório. Diante disso, torna-se imprescindível e se fez necessário a solicitação de inclusão deste objeto na peça de planejamento das contratações públicas. A integração e atualização dessa demanda ao PCA 2025 permite a adoção de medidas preventivas e planejadas, garantindo maior celeridade e segurança jurídica nas contratações municipais;

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.6. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade é permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa;

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A fundamentação e a descrição da necessidade encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1 Contratar uma empresa para fornecer materiais de iluminação pública pode ter diversos impactos ambientais, principalmente dependendo dos tipos de produtos que são fornecidos e das práticas adotadas pela empresa. Um dos principais pontos é o uso de recursos naturais, como metais e materiais plásticos, para fabricar as lâmpadas e outros componentes. Isso pode contribuir para a extração de recursos de maneira insustentável, caso não haja um controle adequado;

4.2 Além disso, os materiais usados na iluminação pública, especialmente lâmpadas, podem envolver produtos químicos como mercúrio (em lâmpadas fluorescentes) ou materiais que não são biodegradáveis. O descarte ina-



dequado desses produtos após o fim de sua vida útil pode resultar na contaminação do solo e da água, afetando a fauna e a flora local;

4.3 Outro impacto possível envolve a energia consumida pelos sistemas de iluminação pública. Se a empresa fornece materiais que utilizem tecnologias mais antigas e menos eficientes, isso pode resultar em um aumento no consumo de energia elétrica, o que, por sua vez, contribui para a emissão de gases de efeito estufa, caso a energia provinda seja gerada por fontes fósseis. Por outro lado, a adoção de tecnologias mais eficientes, como LED, pode reduzir o impacto ambiental ao diminuir o consumo de energia e prolongar a vida útil dos equipamentos;

4.4 A empresa deve adotar práticas de produção e logística mais sustentáveis, como a reutilização de materiais ou o uso de fontes de energia renováveis em sua operação, os impactos podem ser mitigados significativamente. No entanto, sem um compromisso claro com a sustentabilidade, o fornecimento de materiais de iluminação pública pode acabar gerando efeitos negativos no meio ambiente.

4.5 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Requisitos normativos para contratação**

4.6 A aquisição de materiais de iluminação pública, é fundamental que os produtos atendam às normas técnicas vigentes, garantindo qualidade, segurança, eficiência energética e compatibilidade com os sistemas existentes. As principais normas a serem observadas incluem:

4.7 ABNT NBR 5101 – Iluminação Pública: Define os requisitos mínimos para o projeto de iluminação pública, considerando aspectos como níveis de iluminância, uniformidade da luz e conforto visual, visando garantir segurança e eficiência no sistema de iluminação viária;

4.8 ABNT NBR 15129 – Luminárias para Iluminação Pública: Estabelece os requisitos técnicos para luminárias utilizadas na iluminação pública, incluindo desempenho fotométrico, resistência mecânica, proteção contra intempéries e compatibilidade com diferentes tipos de lâmpadas e fontes luminosas;

4.9 ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão: Regula os critérios de segurança e dimensionamento das instalações elétricas, assegurando que os componentes utilizados na iluminação pública sejam compatíveis com as redes elétricas e cumpram requisitos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito;

4.10 ABNT NBR 14422 – Postes de Concreto para Redes de Distribuição e Iluminação Pública: Define as características e os ensaios necessários para postes de concreto destinados a redes elétricas e iluminação pública, garantindo resistência estrutural e segurança nas instalações;

4.11 ABNT NBR 8985 – Suporte e Braços para Luminárias Públicas: Especifica os materiais, dimensões e características dos suportes e braços utilizados para a fixação das luminárias, garantindo resistência e estabilidade;

4.12 ABNT NBR 15215 – Eficiência Energética em Edificações – Iluminação: Estabelece critérios para a eficiência energética das fontes de luz, in-



cluindo luminárias LED, visando a redução do consumo de energia e a otimização dos sistemas de iluminação;

4.13 Portaria Inmetro nº 20/2017 – Regulamento de Eficiência Energética para Luminárias Públicas: Define os requisitos de eficiência energética e desempenho luminotécnico para luminárias de LED destinadas à iluminação pública, garantindo que os produtos certificados apresentem alto rendimento e longa vida útil;

4.14 IEC 60529 – Graus de Proteção IP: Especifica os graus de proteção (IP) contra a penetração de poeira e água, fundamentais para garantir a durabilidade dos equipamentos instalados em ambientes externos;

4.15 IEC 62262 – Graus de Proteção IK: Define os níveis de resistência mecânica contra impactos externos para luminárias e outros equipamentos de iluminação pública;

4.16 A observância dessas normas e requisitos assegura que os materiais adquiridos sejam de alta qualidade, promovendo a segurança, a durabilidade e a eficiência da iluminação pública, além de garantir conformidade com os regulamentos nacionais e internacionais aplicáveis ao setor.

#### **Subcontratação**

4.17 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.18 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

4.19 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1 O fornecimento dos materiais deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após a ordem de fornecimento, obedecendo os prazos e quantitativos RIGOROSAMENTE discriminados no Edital e na Autorização de Fornecimento – AF, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 156 da Lei 14.133/21 e suas alterações;

5.2 A entrega do objeto licitado será sede da Prefeitura de Fátima/BA, das 08h às 17h, localizado na praça José Sarney, SN, centro Fátima/BA;

5.3 Os materiais com defeitos, fora das medidas e padrões solicitados ou outros inconvenientes que comprometam o seu uso, não serão aceitos, sendo devolvidos para que o fornecedor providencie sua substituição, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação de multa.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;



6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato **Jackson dos Santos Reis**, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Gestor do Contrato**

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e





anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Do recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado ou não;

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à



liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.:

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data da emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar; e

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. ;

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

#### **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

8.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 37, de 10 de fevereiro de 2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Heliópolis. artigo 8º “Os órgãos e as entidades deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

#### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será parcelado.

#### **Exigências de habilitação**



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

**Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidões negativas de falência e concordata, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio;

8.24. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação;

8.25.5. Cópia do termo de abertura e encerramento do Livro Diário, onde conste o Registro da Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG no 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC no 1.255 de 10 de dezembro de 2009, bem como o art. 176 da Lei 6.404/1976, bem como no § 4º do Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional válida emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o (a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de acordo com a Resolução Nº 1.637/2021- CFC.

8.25.6. Dispensar o MEI da apresentação do Balanço Patrimonial. A fundamentação desta tese é a de que os MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, não possuindo Livro Diário ou Livro Caixa e a exigência de





Balanço imputaria ônus excessivo ao microempresário. Ademais, estariam os MEIs desobrigados de produzir Balanço Patrimonial, conforme o § 2º do art. 1.179 do Código Civil.

8.25.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de **Declaração** contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e **assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado** de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

#### **Qualificação Técnica**

8.27. Apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, competentes para tanto, necessariamente em nome do licitante. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que o licitante prestou serviços correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação:

8.27.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.27.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.27.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.380.123,33 (Um milhão, trezentos e oitenta mil, cento e vinte e três reais, trinta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

#### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<b>Unidade</b>	<b>Projeto Atividade</b>	<b>Elemento Despesa</b>	<b>Fonte Pagadora</b>
701	2.076	3.3.90.30.00	15000000

10.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**APROVO** o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

**Fátima/BA, em 22 de abril de 2025.**

**Rafael Silva dos Santos**  
**Secretário Municipal de Administração**



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**ANEXO III**  
**CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS**

A  
Prefeitura Municipal de Fátima/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

- a) Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;
  - b) Prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.
- Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

**Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_**  
**(\_\_\_\_\_).**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A  
Prefeitura Municipal de Fátima/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>E-MAIL:</b>		<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		

**OBJETO:** Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de materiais para iluminação pública, a fim de atender a secretaria de infraestrutura, conforme especificações e condições constantes do edital e do termo de referência.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico Nº 012/2025PMF.

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LOCAL DATA**

\_\_\_\_\_

**ASSINATURA**

**Observações:**

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**ANEXO V**  
**MODELO DE CREDENCIAL**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Fátima/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº .....,  
com sede à ....., neste ato representado pelo (s) (diretores ou  
sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil,  
profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e  
constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a) .....,  
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº  
....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas  
Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua  
....., nº ..... como meu mandatário, a quem confiro  
amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos  
necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Pregão  
Eletrônico Nº **012/2025PMF**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para  
desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais  
condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar  
quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do  
proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Fátima/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**

Sr. Pregoeiro,

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal  
\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_  
e CPF Nº \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Sim ☐ Não ☐**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

**Sim ☐ Não ☐**

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

**Sim ☐ Não ☐**

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

**Sim ☐ Não ☐**

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

**Sim ☐ Não ☐**

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

**Sim ☐ Não ☐**

• Que a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

participante potencial ou de fato Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 002/2024, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Fátima – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

**(Município sede da empresa), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa**

**(Cargo/Função)**

**Doc. de Identidade Nº \_\_\_\_\_**

**CPF Nº \_\_\_\_\_**

**(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**ANEXO VII**  
**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DO TERMO DE REFERÊNCIA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA/BA E A EMPRESA XXXXXXXXXX.**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES**

**CONTRATANTE:** De um lado, o **MUNICÍPIO DE FÁTIMA, ESTADO DA BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço e Nº de CNPJ Nº 13.393.152/0001-43, com sede na José Sarney, S/N, – Centro – Fátima/BA, neste ato representado por seu Prefeito, Exmo. Sr. Fabio José Reis de Araújo, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade Nº \_\_\_\_\_ SSP/BA, CPF Nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado nesta cidade, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRÉVIA:**

*As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Nº 012/2025PMF tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 054/2025 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de materiais para iluminação pública, a fim de atender a secretaria de infraestrutura, conforme especificações e condições constantes do edital e do termo de**



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

**referência**, Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

- 1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.1.1. O Termo de Referência;
  - 1.1.2. O Edital da Licitação;
  - 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;
  - 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO.**

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico Nº **012/2025PMF**, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e seu fim no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

6.1. Dá-se a este contrato o importe de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os



requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como **exclusivamente** seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei N° 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do



FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;  
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;  
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;  
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

**Multa:**

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.





12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

<b>Unidade</b>	<b>Projeto Atividade</b>	<b>Elemento Despesa</b>	<b>Fonte Pagadora</b>
701	2.076	3.3.90.30.00	15000000

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.





*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (a). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fátima – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

Fátima / Bahia, XX de XXXXXXXX de XXXX.

**Prefeitura Municipal de Fátima**

CNPJ Nº 13.393.152/0001-43

**Fabio José Reis de Araújo**

Gestor Municipal

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025PMF**  
**ANEXO VIII**  
**MINUTA DATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. XXX / XXXX**

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*\* no (a) MUNICÍPIO DE FÁTIMA, ESTADO DA BAHIA, inscrito (a) no CNPJ Nº 13.393.152/0001-43, com sede na Rua José Sarney, S/N, – Centro – CEP 48.415-000 Fátima/BA neste ato legalmente representado por FABIO JOSÉ REIS DE ARAÚJO, portador do CPF Nº 013.150.225-59, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**Fornecedor:**  
**CNPJ:**  
**Representante:**  
**Telefone:**  
**Email:**  
**Endereço:**

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE FÁTIMA a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 – Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.



*Prefeitura Municipal de Fátima*  
*Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000*  
*CNPJ: 13.393.152/0001-43*

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

**CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE FÁTIMA mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2025PMF.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE FÁTIMA, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

**CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.



5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados as condições dispostas na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.





**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

**CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

**CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a



**Prefeitura Municipal de Fátima**  
**Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000**  
**CNPJ: 13.393.152/0001-43**

oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.



14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

**CLÁUSULA 16ª – DO FORO**



***Prefeitura Municipal de Fátima***  
***Rua José Sarney, S/N, Centro CEP: 48.415-000***  
***CNPJ: 13.393.152/0001-43***

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de FÁTIMA – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

16.2 - As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

16.3. A validade desta Ata de Registro de Preços é até \*\*/\*\*/\*\*\*\*, a contar do dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*.

16.4. A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

**FABIO JOSÉ REIS DE ARAÚJO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX